


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1012328-37.2016.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Requerente: **Mauro Miranda Leite Filho**, brasileiro, casado, aposentado, RG 17.655.490-7-SSP/SP, CPF 089.054.898-69, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua: Rio Amazonas, 554, Jardim Jockey Club, CEP 13.566-180.
 Requerido: **Mauro Miranda Leite**, RG 6.124.271-8-SSP/SP, CPF 495.735.518-53, nascido em Avaré/SP aos 19/07/1941, filho de Francolino Miranda e de Benedita Miranda, falecido nesta cidade em 10/10/2016.

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

O requerente pretende a expedição de alvará judicial para poder sacar no INSS resíduo creditório previdenciário deixado em decorrência do passamento de seu genitor requerido. Exibiu certidão de óbito e a informação do INSS sobre esse resíduo. Mandato a fl. 03. Documentos diversos às fls. 04/07.

É o relatório. Fundamento e decido.

A legitimidade do requerente pleitear o levantamento do resíduo do crédito previdenciário decorre do passamento de seu genitor Mauro Miranda Leite, ocorrido em 10/10/2016, fato demonstrado através da certidão de óbito constante dos autos (fls. 06), e nela há menção de que o falecido era viúvo, deixou bens, mas não deixou testamento conhecido.

O requerente é filho único, portanto, herdeiro necessário e hábil a pleitear esse saque (art. 1.784 c.c. o inciso I, do art. 1.829, todos do Código Civil).

Inexiste óbice ao deferimento do pedido.

DEFIRO O PEDIDO INICIAL para conceder ALVARÁ para que o Espólio do requerido Mauro Miranda Leite, a ser representado pelo requerente Mauro

1012328-37.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Miranda Leite Filho (supraqualificados), **saque** no INSS o valor do resíduo de crédito do benefício NB nº 32/025.197.197-0 (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos. O autorizado poderá receber e dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo. Prazo de validade do alvará: 120 dias. Concedo ao requerente os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (anote). Esta sentença valerá como instrumento de ALVARÁ para os fins aqui expressos, devendo o INSS lhe dar pleno atendimento. Compete à advogada do requerente materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

P. I. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 01 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA